

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

- 1 - ATAS
 - 1.1 - Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
 - 1.2 - Reunião de Comissões
- 2 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE
- 3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR
- 4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 10/3/2011

Presidência do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bosco - Carlin Moura - Célio Moreira - Délio Malheiros - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Leonardo Moreira - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Romeu Queiroz - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Alencar da Silveira Jr.) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de terça-feira, dia 15, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 15/3/2011.).

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/3/2011

Às 11h11min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Tiago Ulisses, Antônio Carlos Arantes e Carlos Henrique, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Carlin Moura. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício da Sra. Adriene Andrade, Corregedora do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, encaminhando o Demonstrativo Gráfico de Resultados dos trabalhos dessa Corte no ano de 2010; e de comunicação do Deputado Leonardo Moreira, publicada no "Diário do Legislativo" em 26/2/2011. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 74/2011. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. São recebidos pelo Presidente, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos: do Deputado Dalmo Ribeiro Silva (3) em que solicita sejam realizadas audiências públicas para debater o lixo nuclear do Município de Caldas, no Sul de Minas; no Município de Santa Rita do Sapucaí, para debater os impactos causados pelas enchentes nas cidades de Careagu, Itajubá, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí e São Sebastião da Bela Vista; e no Município de Itamonte, para debater os impactos causados pelas enchentes nas cidades



de Aiuruoca, Alagoa, Carvalhos, Conceição do Rio Verde, Itamonte, Itanhandu, Passa-Quatro, Pouso Alto, São Lourenço, Seritinga, Serranos, Três Corações e Varginha; do Deputado Almir Paraca em que solicita a realização de audiência pública para conhecer e debater as diretrizes do Plano Nacional de Mineração 2030, lançado pelo Ministério de Minas e Energia; do Deputado Rogério Correia em que solicita a realização de audiência pública para debater e obter esclarecimentos sobre a compra de 33% das ações do capital votante da Cemig pela empresa Andrade Gutierrez; do Deputado Arlen Santiago em que solicita a realização de audiência pública no Município de Buritizeiro para tratar de assuntos referentes à exploração de gás natural no Município; e do Deputado Carlin Moura em que solicita a realização de audiência pública para discutir o avanço da energia produzida pelo aquecimento solar em benefício da sustentabilidade e da inclusão nos programas sociais de habitação. A Presidência deixa de receber requerimento da Deputada Liza Prado, por não cumprir os pressupostos regimentais, nos termos do art. 173, II, c/c art. 102, XVIII, do Regimento Interno. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de março de 2011.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Tiago Ulisses - Rosângela Reis.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 10/3/2011, a seguinte comunicação:
Do Deputado Célio Moreira notificando o falecimento do Sr. Onivar Costa, ocorrido em 9/3/2011, nesta Capital. (- Ciente. Oficiale.)



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 3/3/2011

O Deputado Adalclever Lopes - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, boa- tarde. Vou iniciar o meu pronunciamento abrilhantando-o com um aparte do Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Deputado, como sei que são tantas as boas-novas que trará à tribuna, penso que, como diz a música bonita, da cultura negra popular, “Tá caindo fulô”, vão cair flores aí, quando V. Exa., cumprindo o papel, com o Deputado Rogério Correia, de embaixador em Brasília, der as muitas notícias boas; entretanto, gostaria de dar uma notícia ruim primeiro. Quero trazer ao conhecimento deste Plenário que se encontra preso, neste momento, o Vereador do PT por Belo Horizonte, Adriano Ventura. Essa é mais uma ação arbitrária absurda da Polícia Militar, com a participação do batalhão tão conhecido pela truculência e pela violência: a Rotam.

Explico rapidamente. Há vários anos, o Adriano Ventura tem um programa na Rádio Gospa Mira, da Igreja Católica, rádio de grande audiência no meio católico e ligada à Renovação Carismática. Segundo se diz, o programa, em que estive várias vezes, é líder de audiência no momento. O Adriano estacionou seu veículo no mesmo local de sempre, ao lado da rádio. Ele não sabia que, na casa da frente, morava um Capitão da Polícia Militar. Quando deixou o programa, por volta de 10 horas, a esposa desse militar saiu de casa xingando e dizendo que a caminhonete dele estava estacionada em um lugar que lhe dificultava a retirada do carro da garagem. Os funcionários e o padre saíram da rádio e explicaram que não deveria ser naqueles termos, mas, mesmo assim, ela chamou a polícia. Quase vinte viaturas da polícia estiveram lá, até da própria Rotam. Eles prenderam arbitrariamente o Vereador, jogaram-no no camburão da viatura da Rotam, e agora ele está na delegacia, há quatro horas, detido, preso na Cabana. Pasmem os senhores! Acionei a Polícia Civil, que não pode agir, porque a Polícia Militar está demorando para entregar o preso à Polícia Civil para que ele seja liberado. Quem foi agredido, segundo testemunhas que me ligaram da rádio chorando, foi o Vereador. Recebi agora um telefonema triste: um Capitão, chamado Paulo Silva, está na delegacia ameaçando o Vereador. Pasmem os senhores, onde está a prerrogativa do poder? Pasmem os senhores! Esse policial, Capitão, é esposo da senhora, e está lá ameaçando-o. Já se encontram lá a Comissão de Prerrogativas da OAB; o Sindicato dos Jornalistas, que é da categoria do Adriano; a Comissão de Direitos Humanos da OAB; e representantes da Comissão de Direitos Humanos desta Casa.

Infelizmente, trago essa triste notícia. Tenho a certeza de que virão tantas boas notícias anunciadas por V. Exa., mas gostaria de dizer que o Vereador do PT, militante, jornalista, professor da PUC-MG; professor do Instituto Santo Tomás de Aquino, onde também leciono, membro da Renovação Carismática Católica e do Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara, sofreu essa violência e essa ação arbitrária. Os fatos que denunciamos não são isolados. Essa triste notícia demonstra até fraqueza, porque, mesmo se apresentando como Vereador, ele foi jogado violentamente em um camburão, como se fosse um criminoso perigoso. Fatos como esse nos mostram como as prerrogativas deste Poder estão cada vez mais reduzidas e diminuídas na sociedade, que banaliza tudo. Obrigado.

O Deputado Adalclever Lopes - Sr. Presidente, quero, da tribuna, em primeiro lugar, agradecer pela forma como o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, recebeu os Deputados Estaduais. O Ministro recebeu ontem todo o Bloco Minas sem Censura. Na quinta-feira fomos eleitos Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. Pedimos uma audiência e fomos



atendidos prontamente pelo Ministro, que recebeu carinhosamente todos os aliados e adversários. Houve uma briga tamanha, que ele precisou fazer duas audiências. Ele disse que não havia problema, se era para atender a Minas Gerais. E acrescentou que, se havia alguma coisa que nos dividia - os partidos -, Minas Gerais nos unia. Ele atendeu em audiência pela manhã para dar as boas notícias e, à tarde, ele se encontrou com a Oposição para receber as críticas, às vezes construtivas, às vezes, não. Com muita paciência, recebeu todos democraticamente e mostrou que lá é um lugar aberto para todos os membros do Parlamento estadual ou federal. Lá também estavam Vereadores e Prefeitos. O Ministro mostrou a forma democrática como o governo Dilma trata todos os políticos que representam este Estado.

Contamos com a presença do Senador Clésio Andrade, do PR, que participou da audiência junto ao Bloco Minas sem Censura. Ele é o homem que mais conhece transporte no Brasil - posso dizer isso com propriedade -, e não é à toa que é o Presidente da Confederação Nacional dos Transportes. Ele deu contribuição imensa a nossa reunião, assim como os parlamentares federais do PT, do PCdoB e do PRB. O Ministro anunciou o maior aporte de recursos que Minas já recebeu, o que mostrou a mineiridade da Presidente Dilma, que demonstrou a que veio. A maior representação que temos no governo federal é a mineira, Presidente Dilma. O Ministro trouxe-nos a notícia de investimento de R\$2.000.000.000,00 para a BR-381, o qual será prioritariamente para o trecho mais complicado, ou seja, de Belo Horizonte a João Monlevade, onde morre gente todos os dias. Nessas pistas, há volume maior de carros, que ficaram mais velozes. Além disso, o número de veículos aumentou. Ele, com preocupação imensa, já anunciou esse aporte de recursos e a previsão de apresentação do projeto e da licitação até maio. Receberemos R\$2.000.000.000,00. Quando perguntaram ao Ministro se os cortes atingiriam Minas, ele respondeu que não, que, pelo contrário, o Estado da Presidente Dilma receberia a maior parte dos investimentos.

A BR-040 é outro problema seriíssimo. O Ministro prontamente fez outro anúncio, junto ao Bloco Minas sem Censura. Saímos daquele local alegres, não é Deputados Antônio Júlio, Sávio Souza Cruz, Adelmo e Rogério, que conduziu brilhantemente a reunião, na qual estiveram presentes também vários Deputados Federais. Essa rodovia receberá R\$300.000.000,00 para restauração, adequação e melhoramentos. Amanhã, na sexta-feira, às 14 horas, na Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, será realizada a primeira audiência pública do DNIT, com apoio da população, a fim de se verificar a forma mais adequada de investimento para a rodovia BR-040. A Comissão de Transporte participará do evento. Essa Comissão estará toda representada. Há um detalhe interessante: o Ministro propôs que todas as audiências públicas no Estado de Minas Gerais tivessem o devido acompanhamento e que a Assembleia Legislativa participasse delas, ou seja, que a audiência pública fosse conjunta com esta Casa. Isso mostra o carinho dele com Minas e com esta Casa. Serão R\$300.000.000,00 para melhoramentos da saída de Belo Horizonte até Ressaquinha.

O Anel Rodoviário é de todos. Sempre falo que o problema desse Anel não é apenas federal, do DNIT, mas também do Município de Belo Horizonte e do Estado. Embora esse problema seja especialmente do governo federal, ele afeta todos os mineiros e brasileiros que o cruzam. A maior malha rodoviária do País está em Minas. Praticamente todo o Brasil passa por este Estado e pelo Anel, a fim de atravessar de um lado para o outro. O Anel receberá 830 milhões até setembro deste ano. Quando vierem os projetos, as licitações e as audiências públicas, contribuiremos, Sr. Presidente, para que a ordem de serviço e as medidas de segurança sejam implementadas em menos de 30 dias. Quando esse Anel virou uma comoção do Município de Belo Horizonte e do Estado, prontamente fomos ouvidos pelo órgão do governo federal. O Bloco Minas sem Censura levou o problema ao Ministro, que disse que, em menos de 30 dias, já estarão prontos os investimentos e as medidas de segurança para o Anel Rodoviário.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Adalclever Lopes, parabenizo V. Exa. por pelo menos dois motivos. O primeiro é por trazer à Assembleia Legislativa esse anúncio que nos foi repassado ontem, ao Bloco Minas sem Censura, por meio do nosso Ministro dos Transportes. Como disse V. Exa., bilhões de recursos serão alocados para obras prioritárias que há muito Minas reclama. Isso mostra que a Presidenta Dilma e o Ministro têm por Minas um carinho especial e que não há corte orçamentário que vá afetar obras tão importantes, que já estavam previstas no PAC. Cumprimento V. Exa. por ter escolhido e insistido nesse assunto.

O segundo motivo pelo qual quero aplaudir V. Exa. é por ter insistido em presidir a Comissão de Transporte da Assembleia Legislativa. Precisava ser alguém do nosso Bloco Minas sem Censura, até porque a relação mais profícua, de mais cordialidade entre Minas Gerais e o governo federal sempre ajuda. Temos visto uma atitude muito beligerante do Senador Aécio Neves com relação à Presidenta Dilma e ao governo federal. Essa beligerância, por vezes radical e sectária, com que o Senador Aécio Neves tem tratado a Presidenta Dilma e com que já tratava o Presidente Lula e o governo do PT cria atritos, e, apesar de a Presidenta saber separar as coisas, precisamos ser um canal de interlocução para que Minas Gerais não seja prejudicada por essa atitude belicista.

Cumprimento V. Exa. e sei que a Presidência da Comissão de Transporte será um canal importante da Assembleia Legislativa para que esse diálogo seja permanente, assim como demonstrou ontem o Senador Clésio Andrade, presente à reunião. Foi fundamental que ele estivesse, junto com os Deputados Federais do PMDB, do PT, do PCdoB, mostrando essa sintonia.

Deputado Adalclever Lopes, além de parabenizá-lo, gostaria de fazer uma sugestão. Já sei que V. Exa. quer realizar um grande seminário sobre a questão viária em Minas, já aprovado na Comissão de Transporte, que V. Exa. irá dirigir. Que busque a unidade e tente ver também com os Senadores Itamar Franco e Aécio Neves se eles se integram também a esse esforço coletivo de Minas Gerais, em vez do rancor e oposicionismo radical que têm demonstrado por enquanto, no início do governo da Presidenta Dilma.

Parabéns, fico contente em ter V. Exa. na Presidência da Comissão.

O Deputado Adalclever Lopes - Muito obrigado, Deputado Rogério Correia.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Deputado Adalclever Lopes, cumprimento V. Exa. nesta sua primeira participação na tribuna, na 17ª Legislatura, sobretudo trazendo ao conhecimento da Casa e, por seu intermédio, dos mineiros, essa ação importante capitaneada pelo Bloco Minas sem Censura, muito especialmente com a sua participação na condição de Presidente da Comissão de Transporte da Casa.

A boa vontade encontrada no Ministro dos Transportes certamente reflete a grande novidade para os mineiros - a presença de uma Presidente mineira no comando dos nossos destinos. Junto à presença de uma Presidente mineira no governo federal, voltamos a ter também no governo de Minas alguém autenticamente mineiro. Quem sabe agora, com mineiros no governo do Estado e no governo



federal, poderemos de fato conseguir os avanços que Minas Gerais precisa de forma real, não como tem sido nos últimos tempos, avanços midiáticos e ficcionais pagos com o dinheiro da publicidade oficial. É isso que esperamos.

Mais uma vez cumprimento V. Exa. pela sua participação, sempre capitaneada pelo Líder do nosso Bloco, Deputado Rogério Correia, e pelo Deputado Antônio Júlio, Líder da Minoria. Parabéns.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Serei breve, Deputado Adalclever Lopes. Gostaria apenas de contrapor-me às palavras dos Deputados Rogério Correia e Sávio Souza Cruz.

Primeiramente, parabeno-o, Deputado Adalclever Lopes, pela eleição para Presidente da Comissão de Transporte. Relembro que estive como Presidente desta Comissão nos últimos quatro anos, Deputado Rogério Correia. Por pelo menos duas ou três vezes, estive com o mesmo Ministro dos Transportes com quem V. Exas. estiveram ontem. Era o mesmo Ministro do governo Lula, Alfredo Nascimento. Não sei se há alguém com o mesmo nome, mas me parece que é o mesmo. Por três vezes estive lá e por três vezes fomos prometido que sairiam recursos para a duplicação da BR-381, de Belo Horizonte a Valadares, que haveria recursos necessários para a reforma do anel viário de Belo Horizonte, hoje já uma avenida metropolitana, que sairiam recursos para a duplicação e a adequação da BR-040, de Belo Horizonte a Barbacena. Tudo isso foi prometido ao governo de Minas e aos mineiros por pelo menos três vezes nas quais estive presente. Pode ter sido prometido em outras oportunidades também nas quais não estive presente.

Parabenizo V. Exas., que estiveram lá ontem e tiveram essa atitude, acima de tudo, de interesse dos mineiros. Mas fico sempre com o pé atrás, porque desse Ministro, pessoalmente, já recebi três promessas de que esses casos seriam resolvidos.

No mais, Deputado, estarei ao seu lado como um bom aluno na Comissão de Transporte. Juntos esperamos fazer muito pelo povo de Minas. Muito obrigado.

O Deputado Adalclever Lopes - Obrigado, Deputado Gustavo Valadares.

Aprovamos na Comissão um ciclo de debates. O Ministro já confirmou que comparecerá, juntamente com o Diretor do DNIT. Lá, Deputado Gustavo Valadares, poderemos debater, trazer todos os políticos de Minas. Se há alguma coisa que nos divide, às vezes, são os partidos, mas o que nos une é Minas Gerais. É nesse debate que mostraremos quem está a favor de Minas, brigando por Minas. A maioria dos recursos do Ministério dos Transportes do Brasil inteiro está em Minas Gerais.

Muito obrigado e parabéns, Deputado Rogério Correia, pela brilhante ideia de se reunir com o nosso Ministro, que fará muito, como bem disse a Presidente Dilma, nossa mineira, que ocupa o cargo mais importante que temos no governo federal, a Presidência da República. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o que me traz hoje aqui, neste momento da reunião, do pinga-fogo desta quinta-feira, é ainda o desejo de repercutir a vinda da Secretária Renata Vilhena, que nos deu a oportunidade de assistir a uma bela aula. Academicamente perfeita a sua explanação, mas sem nenhuma solução e nenhum debate. Até entendo que a base do governo usou bem o Regimento Interno, foram competentes, ocuparam todo o tempo para não permitir o debate. Gostaria de ter feito algumas perguntas à nossa Secretária Renata Vilhena para nos esclarecer algumas questões. Fiz isso pessoalmente ao Prof. Anastasia quando convidou a Bancada do PMDB para fazer um breve relato sobre a lei delegada. Tive a oportunidade de perguntar-lhe pessoalmente se esse terceiro ou quarto choque de gestação era uma enganação que havia apresentado ao povo mineiro. Quando digo gestação não é por errar a palavra, mas é essa a expressão bem colocada. O primeiro era chamado Choque de Gestão; o segundo, Choque de Gestão, e vem o terceiro dizendo que também é Choque de Gestão. Perguntei, então, ao Prof. Anastasia se ele enganou o povo mineiro com publicidade excessiva sobre o Choque de Gestão. Com muita tranquilidade, disse que não. Disse que o primeiro foi uma avaliação; o segundo, uma adequação, e que agora seria apenas uma intervenção cirúrgica, o que não é verdade. Houve, sim, uma transformação, uma reforma muito grande com as leis delegadas.

Então, não quiseram o debate. Na primeira lei delegada, Deputado Adelmo, alguns Deputados companheiros nossos, da legislatura desde à época de Itamar Franco, me questionaram, dizendo que eu havia votado na lei delegada. Votei mesmo. Eu era Presidente da Assembleia quando o Governador Itamar Franco mandou uma solicitação de lei delegada para atender ao próximo governo, que era Aécio Neves. Disse ao ex-Governador Itamar Franco que, pelo meu comportamento, não me sentiria confortável e teria dificuldade em aprovar a delegação. Recebi um telefonema do Governador eleito na época, Aécio Neves, que fez várias ponderações, explicou-me que precisava fazer algumas reformas e me mostrou onde estavam os pontos. Em um, até concordei com ele, e votamos a lei delegada. Ajudei a votar essa lei para que pudesse fazer o Choque de Gestão.

No entanto, Deputado Sávio Souza Cruz, depois do Choque de Gestão, nos seis meses do primeiro ano, trocaram todos os computadores do Estado. Qual foi a primeira coisa que se falou? Déficit Zero. O Déficit Zero é a maior mentira deste governo. O próprio Aécio Neves sabia que, quando Itamar Franco decretou moratória, queria discutir a dívida de Minas, pois ali estava o grande déficit. O ex-Governador Aécio Neves assumiu uma dívida de R\$28.000.000.000,00 e, no final de seu governo, deixou R\$56.000.000.000,00 de dívida. Entretanto, não podia discutir isso, porque vendeu ao Brasil a ideia de que havia zerado as contas de Minas, mas jamais teve a capacidade e a coragem de mostrar ao povo mineiro a dívida do Estado, que é um dos maiores absurdos.

Essa culpa não é nem do governo passado, muito menos do atual, mas do PSDB, da época de Eduardo Azeredo, que fez uma negociação malfeita com o governo federal. Dizem que, na época, foi um grande negócio, pois a inflação estava em torno de 40%, 50%, mas foi uma negociação malfeita.

Vejam, pelos anais da Casa, que eu já alertava sobre isso, ou seja, Minas não teria condições de pagar a dívida, pois comprometemos 13% da receita. Essa porcentagem paga apenas 30% dos juros da dívida, Deputado Adelmo Carneiro Leão, ou seja, todo mês incorporamos 70% de juros da nossa dívida. Isso não é déficit?

Nesse ponto, Itamar Franco foi muito mais transparente com o povo mineiro, que o déficit que mostrava em seu balancete, ou seja, R\$2.400.000.000,00, era um déficit mensal de R\$200.000.000,00, que não conseguia quitar a dívida do Estado de Minas Gerais financiada pelo governo federal.



Deixo o desafio para todos: agora que estamos no governo formando o Bloco da Oposição, como gostam de dizer, Minas sem Censura, deveríamos levantar a questão da dívida do Estado em defesa de Minas. Não quero criticar nenhum Governador, mas o ex-Governador pagou caro e Minas está pagando caro para que se pudesse vender ao Brasil a tese de que realmente se fez o Choque de Gestão e o Déficit Zero, o que não é verdade. Desafio qualquer um a vir me desmentir. Sempre, quando eu levantava essas questões nas reuniões da Comissão de Administração, na apresentação de alguns dados do Estado, diziam: “Isso pode ser incorporado, pois não será pago, vai para 30 anos”. Mas a dívida do Estado de Minas Gerais é de R\$58.000.000.000,00, e quanto mais luto pela receita tributária do Estado, mais juros pagamos.

Deputado Adelmo Carneiro Leão, V. Exa. sabe quanto pagaríamos, pois fazemos promessas da rolagem da dívida, ou seja, mais de R\$200.000.000,00. Isso é muito mais que o investimento na saúde. No entanto, não podemos discutir quem vendeu a ideia do Déficit Zero. Como iremos discutir dívida, de que forma? Qual seria o comportamento da equipe do governo e dos seus marqueteiros ao discutir isso publicamente? Eles sabem que o problema é muito grave.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Primeiro, gostaria de cumprimentar V. Exa. pela avaliação feita na presença da Secretária de Planejamento. Segundo, gostaria de dizer que o grande e maior poeta lusitano da língua portuguesa, grande intérprete da alma humana e, em especial, da alma lusitana, Camões, dizia: “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”. Observamos justamente isso.

Embora a Comissão tenha aprovado a realização de uma audiência pública - e, nesse ponto, tranquilizo V. Exa., a audiência não se realizou. É óbvio que o pré-requisito para realização de uma audiência pública, e para que faça jus ao nome, é que seja aberta a participação pública. Isso foi negado durante a realização da reunião da Comissão de Administração Pública com a presença da Secretária Renata.

Quando ela mencionou a existência de 100 milhões em verbas retidas no início do primeiro Governo Aécio Neves, se fosse a mim dada a oportunidade, poderia ter dito a ela que o instrumento das verbas retidas fora criado no governo tucano anterior - Eduardo Azeredo - e que nós herdamos, não 100, no governo Itamar, mas sim 300 milhões em verbas retidas. Poderia lembrá-la que, em relação à escala de pagamentos, nós herdamos, também do governo tucano anterior, um 13º salário não pago. Sendo assim, os servidores tiveram que receber no governo Itamar Franco não quatro, mas cinco 13º salários. Poderia ter sido muito mais útil a presença da Secretária. Tenho certeza de que o Deputado Rogério Correia, como Líder do nosso Bloco Minas sem Censura, cobrará a realização, de fato, da audiência pública. Porém, neste momento em que já começamos a viver o clima do Carnaval, já na semana do Momo, a presença da Secretária serviu pelo menos para que percebêssemos a criação, aqui em Belo Horizonte, cidade onde há uma enorme tradição de Carnaval fundada nos blocos caricatos - quem não se lembra do Boca Branca, do Bloco dos Corsários? - do bloco “Anastasia, eu quero mamar”, que surge nesta Casa, em que alguns Deputados se apresentam de forma plena, dispostos a exercer profundamente a função de sabujo-mor do governo. E trata-se de uma posição disputada. Há vários candidatos nesse aprofundamento da sabujice nesta Casa. Esperamos a oportunidade do debate, quando, de fato, será realizada uma audiência pública que faça jus ao nome. Cumprimento V. Exa. pela oportunidade do pronunciamento.

O Deputado Antônio Júlio - Outra questão que me assusta, Deputado Gustavo, é a capacidade de o governo, hoje, manipular os dados. No dia 31 de dezembro, estávamos comprometendo a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF -, no que se refere a pessoal, em 48,57%. Aí, surgiu alguém, uma subsecretária do Tesouro, mudaram a forma de fazer o cálculo e Minas passou a comprometer apenas 37%. De um dia para o outro, houve uma redução no comprometimento de pessoal de quase 12%. Creio que o governo pode preparar-se, porque o funcionalismo público, dentro desse percentual, pode exigir do governo uma recomposição salarial de mais de 20%, que não atingirá os 48%.

O governo é muito corajoso. Quando ele criou o Fundomac, nós sabíamos que se tratava de um fundo sem nenhum embasamento legal, que era totalmente inconstitucional; mas como ele precisava vender algumas máquinas que haviam sido compradas, criaram o Fundomac. O governo foi proibido de continuar recebendo esse fundo. Foi bom, porque os Prefeitos que sabiam o que iria acontecer, endividaram-se o máximo que puderam, pois o governo teve de cancelar a dívida, já que o Tesouro Nacional disse ao governo do Estado de Minas Gerais que, se permanecesse aquela situação, Minas teria seus repasses suspensos.

Então é muita coragem. Às vezes uma coragem que até podemos achar que está bem aplicada, porque ele está tentando trazer benefício para os Prefeitos, para Minas Gerais; mas, na verdade, na maioria das vezes, há outro lado, que é o de beneficiar algumas pessoas. Eu tenho denunciado isso aqui quase diariamente. Muitos funcionários do governo, os que ocupam cargos, perderam o senso do limite e da responsabilidade. Por intermédio do Deputado Lafayette de Andrada - com documento apresentado pelos Deputados Lafayette de Andrada e Jayro Lessa, do governo - denunciemos aqui corrupção no IEF. Nós levantamos a frente e logo depois o governo abafou todas as informações e houve, infelizmente, no final do ano, aquele problema em que ficou preso o ex-Diretor do IEF. E agora, o que querem fazer? Querem acabar com o IEF, Deputado. Será que eles querem pegar essa sujeira toda e jogar para debaixo do tapete? Será que é uma queima de arquivo essa mudança radical do IEF? Isso o governo tem de nos explicar. Nós queremos explicações, até porque o projeto de lei veio para esta Casa, e nós queríamos informações. O governo começou a cobrar do Igam taxa de cisternas do pessoal da zona rural. Tratava-se de um povo que não tinha nem onde cair morto, e o governo foi lá e fez com que ele registrasse sua cisterna para cobrar R\$680,00 por ano. Eu cansei de denunciar isso aqui.

Felizmente o governo viu a bobagem que ia fazer, não cobrou a taxa e agora quer acabar com o Igam. Olha quanto o governo gastou com essa consultoria para fazer o levantamento dessas cisternas em Minas Gerais, para não dar em nada! E agora jogará tudo por água abaixo. Não! Precisamos de uma explicação. O povo mineiro merece uma explicação. Nós, que discutimos isso aqui, merecemos uma explicação. Denunciei várias vezes que a medida era para beneficiar grupos de consultoria deste governo, para complementar salário de Secretário. Um Secretário de Estado ganhar R\$5.600,00! Quem acredita nisso? Como pode um Secretário de Estado receber R\$5.600,00 por mês? Estou falando em salário líquido. O governo informa que são R\$9.000,00 ou R\$10.000,00, mas, na verdade, são as consultorias que complementam o salário. Precisamos trazer o assunto à discussão. Estamos sempre levantando esse assunto,



porque não há lógica nisso. Como pode uma pessoa vir lá do Maranhão para ser Secretário de Fazenda do Estado de Minas Gerais, ganhando R\$5.600,00 por mês? Temos de discutir esse assunto, Deputado Gustavo Valadares. É isso o que quero fazer.

Quero um Estado que funcione. Eu disse isso ao Governador Anastasia. Disse-lhe que farei vários questionamentos, mas quero que ele seja um bom, um grande Governador. Quando o Governador é um grande, um bom Governador, ele é bom para todos nós; mas quando é ruim, é ruim para todos. Esses dados levantados são reais, não os inventamos.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Deputado Antônio Júlio, agradeço-lhe o aparte. Quero apenas fazer pequenas e rápidas observações. V. Exa. fala da dívida do Estado de Minas com a União, e ressalto que todos os Estados da nossa Federação têm essa dívida, que foi renegociada lá.

O Deputado Antônio Júlio - Mas a pior renegociação foi a de Minas, Deputado Gustavo Valadares. A dívida mais malnegociada foi a de Minas. Estamos pagando 7,5% de juros.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Tudo bem. Todas elas foram negociadas quase ao mesmo tempo. Tanto é que os Governadores... O Deputado Carlin Moura está aprendendo a mexer com o som da mesa e cortou a minha palavra. Vou descontar, Deputado Carlin. Voltando, há Governadores do partido de V. Exa., do PMDB, que hoje pedem uma renegociação dos valores e dos termos dessas dívidas.

O Deputado Antônio Júlio - E precisam fazer isso.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Claro. E elas foram negociadas lá atrás. O governo federal é que não aceita.

Mais do que isso, sendo breve, esclareço que o Rio de Janeiro e a Bahia foram os dois Estados responsáveis. Por conta deles, o governo federal resolveu fazer um novo cálculo para que eles não ultrapassassem os limites com pessoal na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Rio de Janeiro e Bahia, Estados administrados pelo PMDB e PT. Hoje Minas se encontra com um novo percentual relativo a pessoal na LRF por conta do benefício e da boa vontade do governo federal com a Bahia, governada pelo PT, e com o Rio de Janeiro, governado pelo PMDB.

Para terminar, Deputado, quanto à questão do Igam, IEF e Feam, até agora não há nada formalizado. Só teremos notícia sobre se haverá uma união ou fusão dos três órgãos depois que for encaminhada a esta Casa mensagem do Governador contendo o projeto de lei, pois a competência é exclusiva do Poder Executivo. Assim que chegar a mensagem, tenho certeza de que o Secretário de Meio Ambiente e os representantes dos três órgãos estarão aqui, como o fez a Secretária de Planejamento e Gestão, prontos para responder quaisquer questionamentos, seja dos Deputados da base, seja dos Deputados de oposição. Agradeço a V. Exa o espírito democrático e o aparte.

O Deputado Antônio Júlio - Infelizmente, a Secretária não nos deu espaço de discussão. Gostaria muito de ter um debate franco com ela, como o que tivemos aqui. Falo com ela - e falei com o Governador - sobre os problemas que encontro. Disse ao Governador que, às vezes, o que falo aqui chega a ele de forma totalmente distorcida. Quero que o Estado funcione, mas que não funcione para poucos e, sim, para todos os mineiros. Essa é a nossa grande discussão. Foi isso que fizemos ontem em Brasília, Deputado José Henrique. Foi um trabalho coletivo. O Ministro até o elogiou. Disse que Minas precisa voltar a fazer isso, mesmo que seja com oposição e discussão. Precisamos voltar a discutir políticas. Precisamos voltar a discutir os problemas de Minas Gerais, e não deixar que dois, três, quatro ou cinco técnicos defendam os interesses de Minas. Na maioria das vezes o interesse não é de Minas e, sim, da minoria. Vamos discutir as questões. Acredito que a discussão é importante para os Deputados e para o Estado.

Então, ontem, a nossa viagem a Brasília foi elogiada pelo Ministro ao dizer: "Parece que Minas acordou". Minas quer discutir política e, quando Minas discute política, o Brasil vai bem.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Celinho do Sinttrocel* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nesta primeira vez em que faço uso da tribuna, quero registrar a minha alegria por ter participado ontem, com a comitiva do nosso bloco, Minas sem Censura, de uma audiência com o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, e o Diretor-Geral do DNIT, Dr. Pagot, em Brasília.

Para mim, foi importante demais estar presente a essa audiência porque sou de origem classista e a sociedade do Vale do Aço, minha zona eleitoral, sabe o quanto venho sofrendo com os temas que tivemos a oportunidade de discutir com o Ministro: entre outros, as questões do rodoanel, da duplicação da BR-381 e da BR-040. Como classista, sou representante dos trabalhadores em transporte e sei muito do sofrimento por que passa essa categoria pela falta de infraestrutura dos governos federal e estadual em relação às rodovias federais e estaduais.

Também tivemos oportunidade de discutir outro tema importante: o efetivo da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais, insuficiente para um Estado que é cortado por 20% da malha rodoviária federal. Tivemos a oportunidade de cobrar a intervenção do Ministro junto ao Ministério da Justiça para que seja aumentado o efetivo da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais.

Aproveito para fazer a leitura do que foi discutido ontem em Brasília, com a presença do Diretor-Geral do DNIT: "O Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, recebeu nesta quarta-feira, 2 de março, a bancada parlamentar de Minas Gerais para uma avaliação do cronograma de obras das rodovias federais que cortam Belo Horizonte e sua região metropolitana, um benefício levado a cerca de 10 milhões de mineiros. Os parlamentares federais e estaduais estavam acompanhados de Prefeitos da região". Nessa audiência, com a nossa comitiva da Assembleia Legislativa de Minas, estiveram presentes o ilustre Deputado Reginaldo, nossa querida Deputada Federal Jô Moraes, os Deputados Federais Mauro Lobo e Leonardo Quintão e o Senador por Minas Clésio Andrade.

"Acompanhado do Diretor-Geral do DNIT, Luiz Antônio Pagot, o Ministro anunciou audiência pública para tratar da licitação das obras de restauração e adequação, com melhoramentos, do trecho da BR-040 localizado entre a saída de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro e o Município de Ressaquinha.

No encontro, o Ministro também atendeu ao pedido da Prefeita de Barbacena, Danuza Bias Forte, e autorizou o DNIT a fazer os estudos e projetos para as obras de adequação de capacidade, no trecho de cerca de 15km, entre Ressaquinha e Barbacena, na mesma BR-040.



A reunião serviu para que o DNIT confirmasse o cronograma de obras de duplicação de trecho da BR-381, o qual vai do cruzamento com a Avenida Cristiano Machado até o encontro da MG-436, totalizando 69km de extensão. O lançamento do edital dos lotes mencionados está previsto para abril deste ano - lotes 7 e 8 -, e as obras, cujos custos estão estimados em mais de R\$2.000.000.000,00, devem começar no próximo semestre. O Anel Rodoviário de Belo Horizonte também teve seu cronograma confirmado. As licitações serão iniciadas neste semestre.”

Quero dizer aos nobres Deputados que ontem saí de Brasília muito esperançoso. O Ministro dos Transportes, como também o Diretor do DNIT, disse a todos nós, da base de sustentação do governo da Presidente Dilma Rousseff, que as obras serão iniciadas. Não deixou de maneira alguma transparecer uma falsa expectativa, uma falsa ilusão, mas sim que Minas Gerais poderá confirmar a presença do governo Dilma, dentro do Estado, com investimentos. Não haverá mortes nas rodovias de Minas, porque o governo Dilma Rousseff estará atento às reivindicações da sua base de sustentação. Acredito que, no início do mês de maio, precisamente no dia 1º de maio, dia do trabalhador, estaremos comemorando o início da licitação e o início dessas obras tão importantes.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Ilustre Deputado Celinho do Sinttrocel, gostaria de parabenizar V. Exa., que já inaugura o trabalho nesta Assembleia Legislativa mostrando muita competência e capacidade.

Ontem fiquei muito feliz em poder acompanhá-lo, hoje Vice-Presidente da Comissão de Transporte e Obras Públicas desta Casa e que estava ao lado de outro grande Deputado, Presidente da Comissão, o nosso caríssimo Deputado Adalclever Lopes. Esses dois Deputados, Presidente e Vice-Presidente, conduziram, com muita maestria, a reunião no Ministério dos Transportes ontem em Brasília. Aliás, eles foram recebidos também pelo nosso ex-Líder - eterno Líder desta Casa -, o nosso caríssimo Deputado Federal Padre João, que também marcou presença na audiência, juntamente com a Deputada Jô Moraes e os Deputados Leonardo Quintão e Mauro Lopes. O Deputado Federal Padre João foi um Deputado muito atuante nesta Casa, e agora também começa com muita firmeza e determinação em Brasília. Essa tem sido uma marca, e creio que V. Exa. tem esse caráter, essa característica, pois é um sindicalista, um Deputado atuante e preocupado com as questões concretas do povo de Minas Gerais. Nós, do PCdoB, estamos muito felizes.

É bastante interessante, Deputado Celinho do Sinttrocel, pois as notícias são realmente muito boas. O Ministro Alfredo Nascimento reafirmou o compromisso do governo da Presidente Dilma de olhar com carinho e trazer investimentos, obras para Minas Gerais. São R\$2.000.000.000,00 para a duplicação da BR-381 até Governador Valadares. O Ministro frisou isso com muita clareza. O Ministério dos Transportes jamais pensou em duplicar a BR-381, se não fosse até Governador Valadares. Portanto essa cidade será incluída.

O Ministro trouxe também, com muita firmeza, a decisão de que os lotes 7 e 8 da BR-381 serão iniciados. As obras se iniciarão pelos lotes que ligam Belo Horizonte a João Monlevade. Por quê? Porque é o trecho mais complexo e que depende de uma infraestrutura maior. O Ministro informou que o projeto da obra será licitado em abril; no mais tardar, em maio.

Ele também garantiu a continuidade da revitalização do Anel Rodoviário e mostrou que o processo está em andamento. São R\$830.000.000,00 disponíveis, e há um orçamento novo, mais investimento para as obras complementares.

O projeto da BR-040 será apresentado amanhã, em audiência pública, na Câmara Municipal de Lafaiete, para que a população possa conhecê-lo. Esse é o compromisso de um governo que trabalha por Minas Gerais, que tem compromisso com o Estado, diferentemente do passado.

O Ministro salientou que tivemos de “correr atrás do prejuízo”. O Ministério dos Transportes trabalhou muito nos últimos oito anos, porque as estradas de Minas tinham sido abandonadas, ficaram sem investimento por todo esse tempo. Houve um período em que foram até estadualizadas. Foi estabelecido um convênio com o Estado, mas o dinheiro destinado à manutenção das estradas foi usado para outro destino, então o Ministério precisou “correr atrás”. Fico feliz e parabeno V. Exa.

Quando voltei, assisti ao pronunciamento do Líder da Maioria na Casa, que, quando fala de Brasília ou de Distrito Federal, fala de coisas que não interessam a nós, mineiros. Nós, Deputados de Minas, quando falamos de Brasília, quando falamos de Distrito Federal, o fazemos a respeito de Minas Gerais, a respeito de obras para o nosso Estado. Por isso o Bloco Minas sem Censura foi a Brasília. Discutimos aqui sobre essa cidade, mas pela ótica de Minas Gerais, e não por outra, porque esta, definitivamente, não interessa ao povo mineiro.

V. Exa. está de parabéns pela brilhante atuação que teve ontem, na reunião com o Ministro Alfredo Nascimento.

O Deputado Celinho do Sinttrocel* - Obrigado, nobre parlamentar Carlin Moura, pelas palavras dirigidas a mim. Registro aqui, mais uma vez, que estou muito confiante, assim como todo o Bloco Minas sem Censura, que esteve ontem em Brasília. Voltamos com a certeza de que essas obras serão iniciadas em 2011. Além do nobre companheiro Carlin Moura, nobre parlamentar, o Vale do Aço ficará também agradecido por toda a vida à Presidente Dilma Rousseff e ao Ministro Alfredo Nascimento pelo início dessas obras, que aguardamos há muitos anos.

Foram mencionadas também todas as exigências feitas pelo Tribunal de Contas da União em relação ao Anel Rodoviário. O Ministro registrou que todas as exigências estão sendo atendidas e que os 7km de vias marginais que serão construídos no Anel Rodoviário já estão em estudo, assim como a relocação de todas as famílias que moram na extensão dessa rodovia. Registrou também a ligação com a nova rodoviária de Belo Horizonte.

Devemos estar certos de que Minas precisa desses investimentos do governo federal e de que eles ocorrerão. Percebemos transparência e compromisso firme e forte de todo o Ministério. Quando o Senador Clésio Andrade reforçou essa necessidade, tive a oportunidade de pedir, como representante dos trabalhadores, do Secretário-Geral da Federação dos Trabalhadores de Minas Gerais, do Dirigente Sindical do Vale do Aço e do Vice da Comissão Permanente de Transporte, Comunicação e Obras Públicas de Minas Gerais, que ela não fique - e não ficará - na promessa, assim como ficou em oportunidades anteriores. Temos a certeza de que agora Minas festejará o início dessas obras, e todos nós, parlamentares, estaremos presentes. Muito obrigado a todos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Deputado José Henrique; nobres Deputados e Deputadas; senhores e senhoras da imprensa; telespectadores da TV Assembleia; povo de Minas Gerais, boa tarde. Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que reconsidere o



prazo de apenas 15 minutos, visto que são muitas as ponderações que preciso fazer sobre a nossa reunião de ontem em Brasília, em que representei um bloco de 23 Deputados.

Inicialmente, gostaria de agradecer ao Presidente Deputado Dinis Pinheiro e à Mesa, por intermédio de V. Exa., a nomeação da comissão para tratar do assunto da reforma política. O Senado já nomeou uma comissão - aliás, com dois Senadores mineiros, Aécio Neves e Itamar Franco. A Câmara Federal também já nomeou uma comissão para tratar desse mesmo assunto. Virou jargão entre nós, parlamentares, dizer que a reforma política é a mãe das reformas. Porém, ela acaba não se concretizando. Isso acontece há bastante tempo, embora todos saibamos da necessidade da reforma política no Brasil. Na minha opinião, os partidos não estão tendo a representatividade necessária e, assim, não são levados a sério, como deveriam ser, pela população.

Isso se deve muito pela forma eleitoral no Brasil, um voto que é muito individualizado e que desvaloriza o partido político. Isso, por si só, faz com que problematizemos e insiramos em nosso debate, para valer, a questão da reforma política.

Em segundo lugar, é preciso reformular o financiamento das campanhas. A forma do financiamento privado hoje permite maior possibilidade de escândalos, porque os que financiam a campanha se veem no direito, às vezes, de quererem facilidades em licitação de obras, favores de quem foi favorecido com seu apoio financeiro. Os escândalos de caixa dois, de financiamentos de campanha onde se cobram melhores vantagens em processos licitatórios, se repetem. O financiamento privado está na raiz desse problema. Julgo que esses dois temas, a forma do voto e o financiamento, precisam ser discutidos, sem sombra de dúvida, em nosso país, modificando-se o procedimento eleitoral.

O PT, meu partido, defende o voto na lista partidária e o financiamento público de campanha. Concordo com essa tese, mas é claro que, durante todo esse processo de reforma política, estaremos abertos ao debate, especialmente com as sociedades brasileira e mineira. Quando apresentei, em nome do Bloco Minas sem Censura, solicitação para debate da reforma política, foi exatamente para buscar que Minas Gerais ajudasse a pressionar o Congresso Nacional, por meio do Senado e da Câmara Federal, na discussão e realização da reforma. Esperamos que essa pressão seja evidentemente democrática para travarmos aqui debates em torno do tema da reforma política, sobre como deve ser o voto, como se valoriza, como deve ser o financiamento. Convidaremos pessoas para contribuir, principalmente a sociedade civil organizada, as Igrejas Católica e Evangélica, que se debruçam sobre o tema, os sindicatos, os trabalhadores, o sindicato do patronato, a OAB, os setores da intelectualidade e da imprensa. Queremos que esse debate seja sincero e que ajude na discussão da reforma política. Esse é o objetivo, portanto, de aprovarmos, na reunião de Líderes, esse requerimento do Bloco Minas sem Censura.

Quero, Deputado José Henrique, agradecer à Mesa por ter nomeado essa comissão, que será coordenada pelo Deputado Carlos Mosconi, e de ter me incluído nela, junto com os Deputados Antônio Júlio, Romeu Queiroz e Luzia Ferreira. Certamente queremos que esse debate seja produtivo, e o Minas sem Censura não poderia deixar de colocar na pauta essa discussão. Fomos seguidos pelo bloco do governo e pelos demais blocos e bancadas, que concordam em fazer o debate. Coube a nós fazer a sugestão, porque nosso bloco é menos suscetível às pressões e à pauta do governo. É preciso que o Parlamento tenha também sua pauta própria. Isso serve tanto para o Parlamento nacional quanto para este. Noutro dia, Deputado Carlos Henrique, ouvi e li o Senador Aécio Neves, que ponderava sobre a importância de o Parlamento nacional ter uma pauta própria e não ficar a reboque apenas do governo federal, no que ele tem completa razão. Mas o que vale lá também vale cá. Fazer aqui uma pauta que seja não apenas do governo Anastasia é fundamental para o Parlamento mineiro. A reforma política entra, portanto, nesse contexto, como também outros assuntos que o Bloco Minas sem Censura tem pautado. Eu diria, Pastor Carlos - já lhe concederei aparte - que nosso Bloco Minas sem Censura, sem modéstia, foi e tem sido a grande novidade do Parlamento neste início de legislatura.

A formação do Bloco Minas sem Censura está nos levando ao debate. Provavelmente, sem a força da unidade das Bancadas do PT, do PMDB, do PRB e do PCdoB, o Parlamento não traria, Deputado Adelmo, o debate a esta Casa. Nossa visita, ontem, ao Ministro dos Transportes, e o fato de trazermos a esta Assembleia uma pauta definida de investimentos para Minas Gerais, por meio do nosso Parlamento estadual, só valoriza este. Na próxima reunião, os demais blocos devem vir conosco, considerando essa pauta, para buscar, junto ao governo federal, esses recursos, que são - o que precisamos reconhecer - do governo federal. Isso facilita o trâmite de opiniões, assim como a chegada de ações do governo federal ao nosso Estado, com o que nosso governo será valorizado.

O que não podemos é ter um crítico feroz do governo, que não reconhece, em nenhum momento, o que o governo federal faz por Minas Gerais, como se tudo fosse mera obrigação, que não reconhece a postura que o governo federal sempre teve para com Minas Gerais, do ponto de vista do governo do Presidente Lula. Não era assim. Eu era Deputado Estadual quando o ex-Presidente Fernando Henrique não dava nada a Minas Gerais, como o Deputado Adelmo bem se lembra, porque o hoje Senador e ex-Governador Itamar Franco não comungava com todos os interesses do governo federal, inclusive no que se refere à privatização de Furnas, a moratórias que aqui foram feitas. Naquela época, em que nós e o governo Itamar Franco tínhamos pensamentos muito semelhantes nesses dois pontos citados, o governo Fernando Henrique em tudo boicotava Minas Gerais. No governo Lula, não vimos isso e, no governo Dilma, também não veremos. Não pode também o Senador Aécio Neves ter postura tão radical, tão sectária de oposição que não venha a reconhecer aquilo que o governo federal traz para Minas Gerais, por exemplo, obras viárias que jamais aconteceram.

Noutro dia fui de avião a Montes Claros e depois, desse Município, de carro, até Bocaiúva. Deputado Adalclever Lopes, Presidente da Comissão de Transporte, que beleza, aquela estrada! Quem te viu, quem te vê! Lembro-me dos Deputados do PSDB, alvoroçados no início do governo Lula, ofendendo o governo desse Presidente, pelos buracos da estrada, herdados da herança maldita de FHC. Hoje a estrada daqui a Montes Claros parece um tapete; todavia não ouço os Deputados do PSDB, da região do Norte de Minas, dizerem acerca do prazer que é andar de carro até Montes Claros nos dias de hoje. Se formos a Pará de Minas, teremos o mesmo exemplo. Da mesma forma, as estradas daqui até Sete Lagoas demonstram que as duplicações estão sendo feitas e que a malha rodoviária muito melhorou. Somos os primeiros a reconhecer que ela precisa ser melhorada. Entretanto é preciso reconhecer também que o governo neoliberal do Sr. Fernando Henrique e do PSDB, que imaginava ser a privatização a única forma de o Brasil se desenvolver, deu com os burros na água. Esse processo desestabilizou nosso país, trazendo-nos a fome e a miséria, e nada de



infraestrutura. Nossa visita de ontem tem o significado e o reconhecimento de outro processo realizado no Brasil, a partir do governo do Presidente Lula, o qual continuará com a Presidenta Dilma.

O Deputado Carlos Henrique (em aparte)* - Nobre Deputado Rogério Correia, primeiramente quero parabenizar o Bloco Minas sem Censura pela ida, ontem, até o Ministro Alfredo Nascimento.

Pegando um gancho em sua fala, Deputado, sobre esse conjunto de parlamentares e partidos que vão compor a discussão e o debate da reforma política - uma preocupação apresentada também pelo nobre colega Carlin Moura, que tomei a liberdade de apartear -, quero dizer que não podemos debater essa reforma sem a participação efetiva dos pequenos partidos. Fiz uma contagem muito rápida e cheguei ao número aproximado de 10 partidos pequenos de representação, envolvendo dois ou um Deputado da Assembleia. Peço a atenção do nobre Presidente, Deputado José Henrique, que tem feito a condução dos trabalhos, para que possamos ampliar a representação dos partidos na composição desse conjunto de Deputados que discutirão a reforma política.

Hoje são cinco Deputados, e pretendemos - chamo a atenção para isto - ampliar esse número para pelo menos mais sete, ou quem sabe nove Deputados, representando os partidos menores, principalmente do PCdoB, que tem interesse efetivo nessa discussão, e também do meu partido, PRB. Hoje somos dois Deputados do PRB e também temos interesse em estar inseridos no debate sobre a reforma política. Gostaria de registrar somente essa observação.

O Deputado Rogério Correia - Muito obrigado, Deputado Carlos Henrique. Concordo com V. Exa., que tem a minha solidariedade. Como o requerimento foi do nosso Bloco, se assim entender a Mesa, os Deputados José Henrique e Dinis Pinheiro, julgo necessária a presença de partidos menores, para que o debate tenha a amplitude necessária do Parlamento.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Agradeço ao nobre Deputado Rogério Correia o aparte. Quero cumprimentá-lo e, por intermédio de V. Exa., aos demais membros do Bloco Minas sem Censura, que nos trazem boas notícias. Para o bem de Minas e do Brasil, espero que elas se concretizem.

Gostaria só de fazer um contraponto a sua fala. Não vejo, por parte do nosso grande Líder, grande ex-Governador e atual Senador Aécio Neves, uma posição diferente da tomada por ele. Acho que as ações e os pronunciamentos dele não vão, em momento algum, atrapalhar a relação da Presidente Dilma com o governo de Minas.

Rapidamente, para não tomar muito o tempo de V. Exa., citarei um exemplo clássico desta Casa. Quando Subsecretário do Trabalho e Assistência Social, no primeiro governo de Aécio Neves, tive oportunidade de ser Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social, e uma grande oposição, uma grande voz, todas as vezes que tinha oportunidade de tratar do tema da política de assistência social, era o Deputado André Quintão. Graças a sua fala e posicionamento, a política de assistência social em Minas ganhou espaço e notoriedade. Então, serem Oposição é o que vocês fazem aqui, com profissionalismo e seriedade. E o Senador Aécio Neves estará fazendo isso dentro das suas competências. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Rômulo Viegas. Tomara que V. Exa. esteja certo! Eu já tinha dito que, nas próximas reuniões do Bloco em Brasília, deveríamos convidar, além do Senador Clésio Andrade, os Senadores Itamar Franco e Aécio Neves. Sinto que às vezes o Senador Aécio Neves torce para que não dê certo, mas posso estar equivocado. Tomara que o Senador Aécio Neves possa agora ajudar Minas Gerais com sinceridade, ele que foi um grande Governador. Esperamos que esse seja, de fato, o comportamento de um líder político da sua envergadura.

Sr. Presidente, agradeço aos nobres Deputados a atenção. Disse a V. Exa. que o tempo seria pequeno e ainda tenho um tema a ser tratado. Permita-me V. Exa. anunciá-lo apenas em 15 segundos. Trata-se de um problema que chegou até mim, referentemente a assentamentos em Belo Horizonte que estão com ordem de despejo, totalizando 1.187 famílias. Há um temor de que essas famílias sejam retiradas durante o Carnaval. Quero alertar a Prefeitura de Belo Horizonte e a nossa Polícia Militar que tanto a Câmara Municipal quanto a Assembleia Legislativa estarão em recesso nesse período. Que não haja nenhuma ação da Polícia Militar nem da Prefeitura exatamente nesse recesso festivo, que as famílias não sejam retiradas e que não haja violência. Esse é um alerta referente a assentamentos em Belo Horizonte. Como já estão com ordem de despejo, que pelo menos possam esperar a nossa presença, da Câmara dos Vereadores e da Assembleia Legislativa, pois podemos ajudar. Em vez do enfrentamento, que haja uma solução mais pacífica para os que estão sem moradia e lutam por ela! Faço esse alerta e peço ao Comando da Polícia Militar e à Prefeitura de Belo Horizonte sensibilidade nesse período em que estaremos de recesso na Câmara e na Assembleia Legislativa. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Meu Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembleia, quero também referir-me ao desdobramento dessa importante audiência que ontem tivemos com o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, do governo da Presidenta Dilma. Essa audiência confirma o compromisso do governo da Presidenta Dilma de manter o andamento das obras, dos investimentos do PAC em Minas Gerais e de que nenhuma obra de infraestrutura seja prejudicada em função dos ajustes fiscais. O Ministro confirma os R\$2.000.000.000,00 para a BR-381 e os R\$830.000.000,00 para o Anel. Há, aliás, verba nova para a junção do Anel com o rodanel, bem como para a obra da BR-040 no sentido Rio de Janeiro.

O Ministro teve também oportunidade de levantar outras questões pertinentes dentro de uma visão mais global. Por exemplo, convocou, já na audiência, uma reunião com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT - e quer discutir, Deputado Rômulo Viegas, justamente essa interjunção, essa interligação do transporte rodoviário com o ferroviário, especialmente no trecho da BR-040, sentido Rio, que tem enorme volume de carga de caminhões com minério de ferro e, ao lado da rodovia, há uma malha ferroviária praticamente desativada, que tem por vocação original o transporte de minério. Assim, o Ministro convocou a ANTT para que esse debate seja feito, assim como em relação a esse trecho da BR-381 Norte, como bem gosta de dizer o nosso colega Deputado Bonifácio Mourão. Gosto de dizer "BR-381 sentido Valadares", por achar mais bonito. Esse trecho da BR-381 Norte ou BR-381 Governador Valadares, daqui até Ipatinga, é o mais perigoso, pois tem a topografia mais complexa, um volume maior de cargas mais perigosas, como bobinas de aço, cargas químicas, cujo transporte é feito por caminhões em rodovia margeada por uma rede ferroviária subutilizada. Ponderamos isso com o Ministro Alfredo Nascimento, que, muito sensibilizado, imediatamente pediu essa audiência com a ANTT.



Quero firmar muito essa questão, pois desde criança temos o trem como o maior símbolo de Minas Gerais. O mineiro não perde o trem. Essa é a nossa vocação, a tradição de Minas, cujo maior símbolo é o trem, a mineiridade da rede ferroviária. Às vezes estamos deixando isso um pouco de lado. Assim, é fundamental convocar a audiência para discutir essa questão. Quem sabe dela haja outros desdobramentos, como o transporte de pessoas. Este Estado é entrecortado por uma rede ferroviária do Sul, da Zona da Mata, da região central do Estado. As pessoas não podem mais fazer uso daquele velho trenzinho da estação, do “passarinho preto de terno branco”, que está na estação esperando o trem, como diz Milton Nascimento. Então, é importante essa discussão do transporte ferroviário no conjunto da política pública para o transporte.

O Ministro também mencionou, Deputado Adelmo, e isso é muito importante, que está em estudo o plano nacional de hidrovias. Dentro dele há um estudo em andamento, já encomendado, do melhor aproveitamento do importante potencial do Lago de Furnas, em todos os aspectos, não só do ponto de vista da piscicultura, da geração de energia limpa, oriunda da hidrelétrica, mas também das hidrovias. Então, o Ministro está atento a essa questão do transporte público, ao potencial que Minas Gerais tem, tanto do ponto de vista de fazer a junção, de fazer a interligação das rodovias com as ferrovias, como também com a hidrovia, tendo em vista que Minas é a maior caixa d'água do Brasil. Esse é um fato que achei muito positivo.

Outra questão que foi levantada, que é mais polêmica e ainda não tem elementos concretos, pois é a primeira visão, é a que diz respeito à Polícia Rodoviária Federal. Qual é a melhor forma de organizá-la ou a melhor estrutura para ela? Hoje, a Polícia Rodoviária Federal está subordinada ao Ministério da Justiça, no entanto, sua área e competência de intervenção estão justamente nas áreas de domínio das rodovias federais. Por ela ter território específico de atuação, há alguns entendimentos de que talvez fosse mais rápido que a Polícia Rodoviária Federal estivesse sob a alçada do Ministério dos Transportes.

Por exemplo, no Carnaval, será realizada uma importante força-tarefa para os corredores mais complexos. O corredor da BR-381 Norte ou os que têm maior fluxo de veículos, como a BR-040, a BR-381 Sul ou a BR-262, que é o caminho que os mineiros fazem no Carnaval, terá que ter um reforço da Polícia Rodoviária Federal. Enquanto as obras de infraestrutura necessária não são realizadas, a presença de fiscalização é fundamental. Vide a questão do Anel Rodoviário: se no dia daquele trágico acidente houvesse uma fiscalização adequada, talvez a tragédia não tivesse tido a mesma dimensão.

Sem dúvida nenhuma, no Carnaval haverá uma força-tarefa da Polícia Rodoviária Federal em parceria com outros órgãos de segurança, como a Polícia Rodoviária Estadual, mas há uma discussão que acho importante: qual é a melhor forma de organizar a Polícia Rodoviária Federal? Será no Ministério da Justiça ou no Ministério dos Transportes? Obviamente, isso não implica discussão de nenhuma perda de prerrogativa dos nossos policiais rodoviários federais, no entanto, nesse aspecto, o Ministro Alfredo Nascimento não emitiu opinião. Essa é uma discussão que achei pertinente, além das outras que foram apresentadas lá.

Foi uma conversa muito bacana, pois mostrou unidade dos partidos políticos em Brasília, da nossa Bancada e do nosso Líder, Padre João, que solicitou essa audiência pública. Acho tudo muito positivo.

Com muito prazer, concedo aparte ao nobre Deputado Rômulo Viegas, nosso calculista. Quando vi V. Exa. fazendo cálculos, achei que calculava outras coisas.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Obrigado, Deputado Carlin Moura. Ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Exa. e fazendo referência a grandes momentos da nossa história, com nossa característica, a ferrovia e o trem, realmente quero parabenizá-lo nesse aspecto, porque esse é um investimento caríssimo. Sabemos que despenderá muito recurso do governo federal, até mesmo dos governos estaduais e dos Municípios.

Realmente, a grande solução são as linhas de ferro. Isso é retornar ao passado, evitar todo o congestionamento nas nossas estradas, facilitando muito o fluxo, tanto de pessoas quanto de materiais. De forma que, neste aspecto, parabenizo V. Exa.

O Deputado Carlin Moura* - Muito obrigado, Deputado Rômulo Viegas. Aproveite a ocasião para dizer neste tempo restante que, ontem, ao voltar de Brasília, tive oportunidade de ouvir nosso Líder da Maioria, caríssimo Deputado Gustavo Valadares, meu companheiro do Clube Atlético Mineiro. Apesar de estarmos em lados diferentes nesta Casa, temos profundo respeito um pelo outro.

Na verdade, Deputado Gustavo Valadares, citei V. Exa. mais cedo no sentido de enriquecer o debate, mas eram apenas observações. Pelo fato de estar voltando de Brasília, ao ver V. Exa. nesta Tribuna, observei que mencionava muito Brasília, o Distrito Federal, além da reforma administrativa do governo. Acho que nesta Casa não existem temas pré-determinados, qualquer assunto é muito bem-vindo.

Todavia não podemos perder o foco. Não estou aqui querendo dizer o que V. Exa. vai discutir ou não. Todos são livres para discutir qualquer coisa, mas, como Deputado de Minas, estou preocupado em discutir as questões do nosso Estado. Da mesma forma, Aécio Neves foi eleito Senador por Minas e, assim, deve estar discutindo e desempenhando bem o seu papel em Brasília. Conforme sou testemunha, o Senador Itamar Franco está cumprindo, de forma brilhante, o seu papel de oposição em Brasília. Da mesma maneira, o nosso Senador Clésio Andrade está cumprindo muito bem o papel de representar Minas - aliás ele nos acompanhou ontem naquela audiência. É um Senador que, sem dúvida alguma, conhece os problemas das estradas de Minas.

A observação que tenho a fazer é que V. Exa. falou muito sobre o governo do Distrito Federal. Talvez V. Exa., por ser do Democratas, estivesse muito preocupado. Tivemos a oportunidade de almoçar juntos e, pelos comentários que ouvi, o Governador Agnelo Queiroz, ao herdar um governo que os Democratas deixaram com muito estrago, com muita corrupção, com a máquina desestruturada, realmente teve de fazer vários decretos de emergência, demitir 18 mil funcionários - fantasmas -, executar emergências no Hospital Público de Brasília, que exigia um gasto de R\$11.000.000,00 por mês, e a população não tinha atendimento. Enfim, foi cortada uma grande quantidade de grama, que daria para encher 20 Mineirões, porque a cidade estava abandonada, e isso com apenas um mês no governo. O Governador fez coisas em caráter de emergência, sim, mas ontem, pela manhã, ele se reuniu com a Câmara Distrital, que é a Assembleia Legislativa do Distrito Federal. Conversou com os parlamentares, e a reforma administrativa será aprovada na Câmara Federal. Isso é muito importante para não haver dúvidas, e nós ficamos aqui discutindo. Da mesma forma, a Presidenta Dilma faz suas movimentações, discute medidas provisórias com o Congresso. Todas as medidas provisórias são aprovadas



na Câmara e no Senado, com debates. A regra do salário mínimo foi aprovada por lei, coisa que não havia há muito tempo, o que é muito importante. Hoje há uma regra clara.

E aqui, Deputado Gustavo Valadares, o que eu queria mesmo é que discutíssemos. Quando eu comentava sobre a presença da Secretária Renata Vilhena nesta Casa, era para entender melhor. Vou fazer uma autocrítica: para mim, a palestra da Secretária ajudou a esclarecer muitas coisas - com a cabeça fria é que percebemos. Percebi que a própria Secretária trouxe informações importantes. Primeiro, ela confirma que Minas é o Estado que mais lança mão das leis delegadas, mais que todos os outros. E, na explanação sobre leis delegadas, ela fez todo o histórico do chamado choque de gestão - um, dois e três -, o que comprova, por si só, que contribuiu para toda a estrutura do Estado, porque, se foi o choque de gestão que mudou Minas, que mudou a estrutura de Minas e a forma de gerenciar Minas, significa que toda a administração - choque de gestão um, dois e três - foi feita por meio de lei delegada. O que é inconstitucional, não estou discutindo o mérito jurídico, mas, do ponto de vista da concepção, é uma forma de se evitar o debate no Parlamento. Ao mesmo tempo, há o argumento da celeridade. Enfim, ela esclareceu.

Creio que V. Exa., Deputado Gustavo Valadares, confundiu, porque ela mesma disse que os cargos comissionados criados não extrapolam o limite de 20% previsto na Lei Estadual. Porém, conforme V. Exa. disse, não significa, de todos os cargos comissionados criados por leis delegadas - considerando-se que de recrutamento amplo direto e função pública são mais de cinco mil -, que 80% sejam de funcionários de carreira. V. Exa. confundiu a fala da Secretária. Então, não existe isso. Já formulei um requerimento solicitando a menção dos comissionados indicados para verificarmos se são realmente funcionários de carreira, porque, se 80% forem de carreira, virei publicamente pedir desculpas. Creio que V. Exa. está equivocado.

Antes de conceder aparte a V. Exa., há outras questões, pois algumas coisas não foram esclarecidas.

Recebi novamente “e-mails” de Diretoras de escola. Serei rápido, Sr. Presidente. Trata-se de uma Diretora, entre outras, de uma escola de Perdões - não citarei seu nome. Ela diz que está solidária comigo por eu ter feito a discussão do assunto. (- Lê:) “Com muita honra, quero cumprimentá-lo pelo desempenho na Assembleia, em especial do dia 1º de março, quando, mesmo sendo impedido, conseguiu mencionar algo sobre o salário dos Diretores de escola. Por que impediram que V. Exa. jogasse no ar a situação tão vergonhosa em que se encontram os Diretores de escola que se aposentaram antes da publicação da Lei nº 14.683, de 2004? Esses Diretores trabalham 30, 40 anos - ou mais - para que pudessem garantir mais de oito quinquênios e assim melhorar a aposentadoria. Hoje, para garantir esse direito, somos obrigados a aceitar o piso inicial de R\$635,00, conforme previsto na Lei Delegada nº 182. Sendo a carga semanal do Diretor de 40 horas, o piso inicial deveria ser, no mínimo, de R\$2.244,00, que é equivalente a dois pisos do Professor Nível A, portador de ensino médio”.

Para concluir, Sr. Presidente, os Diretores não conseguem entender que agilidade é essa, se estabelece o salário dos Diretores menor que o de Vice-Diretor ou de professor. Não conseguem entender que agilidade é essa, se as pessoas continuam gastando 10 anos para conseguir a publicação da sua aposentadoria.

O tempo não me permite conceder aparte, até gostaria de fazê-lo, mas descuidei-me e não percebi que ele havia se encerrado.

Ainda teremos oportunidade e, com o maior prazer, continuaremos esse debate.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, ao ocupar a tribuna pela primeira vez nesta legislatura, quero, inicialmente, agradecer aos meus liderados, Deputados Tenente Lúcio, Gustavo Valadares, Carlos Pimenta e Alencar da Silveira Jr., e também ao nosso Secretário de Estado, Deputado Carlos Pimenta...

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Deputado Gustavo Perrella. Um é atleticano e o outro é cruzeirense. Gosto muito do Gustavo Perrella, mas, por favor, não nos confunda.

O Deputado Sargento Rodrigues - Não vou me confundir. Agora esta Casa foi tomada de Gustavos: Perrella, Valadares e Corrêa. Então me refiro ao meu companheiro de bancada, Deputado Gustavo Perrella, que, por sinal, torce para um grande time, o mesmo para o qual eu torço. É com muita felicidade que agradeço a indicação e a confiança dos meus pares para liderar a Bancada do PDT no biênio 2011-2012. Há tempos quero ocupar esta tribuna, mas os fatos vêm numa velocidade que atropelam, muitas vezes, a vontade de estar aqui pelo fato de termos uma ordem de inscrição.

O episódio do Aglomerado da Serra acendeu uma discussão. Peço à assessoria que me forneça a Constituição da República, pois farei uso de dispositivos constitucionais. Entendo, Sr. Presidente, que todo fato, por mais trágico que seja, sempre nos ensina - e estamos sempre aprendendo, Deputado Bonifácio Mourão.

O que me incomoda no episódio do crime ocorrido na Serra é que os policiais do Batalhão Rotam foram massacrados e condenados antecipadamente. As duas comissões da Assembleia, na sua competência legal de fiscalizar, de cobrar - e é isso o que tem de ser feito -, acompanharam os fatos. O Ministério Público também enviou os Promotores, um deles o Dr. Rodrigo Filgueira. Esse Promotor só comparece à Assembleia quando o policial é acusado de violação de direitos humanos. Porém, nas cinco audiências públicas requeridas por mim, quando o policial militar teve sua dignidade violada, os seus direitos humanos, o Promotor Rodrigo Filgueira, também da Promotoria de Direitos Humanos, nunca compareceu a esta Casa.

Aí, começamos a ver que há algo errado. Para que não digam que não temos decência ou delicadeza, quero cumprimentar o outro Promotor. Dr. Joaquim Miranda, este, sim, é um Promotor sério, correto e enérgico, que está acompanhando os casos, mas sem jogar para a plateia ou buscar holofotes.

O episódio da Serra vem-nos ensinando muito. Nesta Assembleia, por exemplo, há uma Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Deputado Durval Ângelo. Cheguei até a preparar um pronunciamento a respeito do assunto, mas fizemos aqui uma mobilização, com a presença dos policiais do Batalhão Rotam e dos 22º e 5º Batalhões, que vieram exigir que os seus direitos humanos também sejam respeitados, Deputado Rômulo. Até que se prove o contrário ou até que alguém ouse rasgar a Constituição da República, os direitos humanos obedecem a um princípio universal, ao princípio da universalidade. Não podemos conceber que os direitos humanos sejam reservados a uma parcela da sociedade. Independentemente da parcela que o Deputado Durval Ângelo defenda, não posso admitir que ele, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, defenda apenas uma parcela, pois esse é um direito universal.



Talvez esteja faltando ao Deputado Durval Ângelo consultar a sua assessoria, especialmente aqueles assessores seus que conheçam um pouco mais de direito constitucional. Se assim o fizer, vai certificar-se de que está extremamente incoerente em sua postura: os policiais foram acusados e, embora o inquérito ainda não tenha terminado, eles foram condenados de forma antecipada.

O fato está colocado, e não serei eu quem fará a defesa deles. Eles têm advogados constituídos que farão isso, Deputado Bonifácio Mourão. V. Exa. é jurista e foi Deputado constituinte desta Casa em 1989, respeitando o que chamamos de cláusulas pétreas, esculpidas no art. 5º da Constituição da República. Os direitos e garantias fundamentais, previstos no art. 5º da Constituição da República, são direitos humanos, cláusulas pétreas, direitos universais. Entre eles, Deputado Bonifácio Mourão, estão o devido processo legal e o amplo direito à defesa e ao contraditório. Esses direitos estão escritos ali e devem ser respeitados por todos nós. Lembro, Deputados Rômulo Viegas e Rogério Correia, que, para que cada Deputado desta Casa tomasse posse nesta legislatura, no dia 1º de fevereiro, uma das exigências era que fosse à frente deste Plenário, estendesse a mão direita e dissesse “assim o prometo”, para dizer que prometia respeitar a Constituição da República, a Constituição do Estado e as demais leis. Esse juramento não pode ser feito apenas como uma peça folclórica, como um enfeite. E o Deputado Durval Ângelo, como tenho alertado os demais pares desta Casa, tem agido de forma parcial e emocional, como acabou de fazer agora mesmo, quando eu estava na Cidade Administrativa, conversando com o Secretário de Defesa Social. Veja a ironia do destino, Deputado Rogério Correia, estávamos na Comissão, conversando com o Secretário de Defesa Social, Lafayette de Andrada, a pedido da Deputada Maria Tereza Lara, do partido de V. Exa. E ali eu fazia a defesa ferrenha de suas solicitações em face da segurança pública de seu Município, Betim, porque eram pertinentes e coerentes. E acho que é assim, pela coerência, que deve ser norteada a atuação parlamentar.

Não posso entender, Deputado Rômulo Viegas, que um Deputado que preside a Comissão de Direitos Humanos seja violador desses direitos. Não posso entender! Não esperar a conclusão do inquérito, a ampla defesa e o contraditório e chamar os policiais do Batalhão Rotam de truculentos, violentos e bandidos é uma ofensa gravíssima. É ainda mais grave quando vem daquele que deveria ser o guardião dos direitos humanos. Deputado Durval Ângelo, não vou daqui fazer ofensas a V. Exa. Minha palavra será no campo do direito constitucional, dos direitos e garantias fundamentais. E gostaria que V. Exa. estivesse aqui para contraditar este Deputado e para que assim pudéssemos fazer o debate das ideias, que é o que interessa.

Agora há pouco esse Deputado ocupou a tribuna. Gostaria de dizer àqueles que estão nos assistindo que devem tomar cuidado porque, como parlamentares que somos, temos de ter uma conduta ilibada. É o que a sociedade espera de todos nós: que tenhamos coerência em nossa vida parlamentar e, obviamente, no cotidiano de nossas vidas. O Deputado Durval Ângelo ocupou a tribuna agora mesmo para dizer que um Capitão da Rotam teria prendido o Vereador Ventura, de Belo Horizonte. Porém, ele contou uma parcela da história. Ele não disse que o citado Vereador estacionou seu veículo na porta de uma garagem no Bairro Santa Maria, precisamente na Rua Júlia Lopes de Almeida, região Oeste da Capital mineira, na contramão de direção, e que a Sra. Fernanda, uma dona de casa, teve de fazer uma manobra radical e passar por cima do passeio para levar seus filhos à escola. Quando ela retornou, o Vereador chegava até o seu veículo, uma caminhonete, e ela lhe disse: “O senhor parou o carro na porta da minha garagem, e, por isso, tive de passar por cima do passeio para levar meus filhos à escola”. O Vereador começou a debochar daquela senhora, até puxou o cabelo dela. Ela ligou para o 190 e chamou uma viatura. Enquanto isso, o Vereador pegou o seu carro e saiu do local.

Durante o rastreamento, as viaturas encontraram o veículo e, ao abordarem o Vereador, verificaram que a documentação dele estava vencida, Deputado Gustavo Valadares. Ele estava com o DUT de 2009, ou seja, sua documentação estava irregular. Houve a apreensão do veículo, pois ele agrediu uma senhora puxando os cabelos dela; portanto, a conduta foi perfeita.

Agora, o Deputado Durval Ângelo vem até aqui para dizer que foi o pessoal da Rotam? Gente, isso é muito grave. Imputar a alguém um ato que ele não cometeu é grave. E o Deputado vem dizer aqui que foi um Capitão da Rotam, sendo que ele pertence ao 5º Batalhão. Ele não tem nada a ver com a Rotam.

Gostaria de deixar claro para os ilustres Deputados presentes que, nos últimos 10 anos, Deputado Bonifácio Mourão, os nobres companheiros do Batalhão, ao qual tenho orgulho de dizer que pertenci, combatendo o crime muitas vezes - enquanto muitos Deputados desta Casa e tantas pessoas estavam dormindo em berço esplêndido, eu estava no combate ao crime, trocando tiros com marginais. Tanto é que meu patrulheiro ficou paraplégico numa troca de tiros, há 18 anos.

Portanto, temos de respeitar os homens de bem, estes policiais honestos e sérios que estão no Batalhão Rotam, como também toda a Polícia Militar. Não podemos compactuar com falácias e blefes. Temos de ter responsabilidade em nossas falas.

É com enorme prazer que concedo aparte ao ilustre companheiro Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Sargento Rodrigues, em primeiro lugar gostaria de dizer a V. Exa. que o admiro pelo seu passado na Polícia Militar e por tudo que significou para essa instituição, em um momento difícil que esta viveu, quando V. Exa. comandou, juntamente com o ex-Deputado Cabo Júlio uma greve memorável dos policiais militares, trazendo dignidade a esse setor importantíssimo da sociedade mineira. Portanto, V. Exa. tem todo o meu apreço e consideração, evidentemente como Deputado e colegas que fomos, aliás, na CPI do Narcotráfico.

Gostaria apenas de fazer algumas ponderações. O Deputado Durval Ângelo não está presente exatamente porque foi averiguar essa questão levantada por ele sobre a prisão do Vereador. Então, até para justificar aos nossos telespectadores, resalto que o Deputado Durval Ângelo é um Deputado assíduo e trabalhador aqui na Assembleia e não se encontra presente porque foi verificar o acontecido. Certamente ele poderá dizer depois o que verificou “in loco” para checar os dados que recebeu antes e os que foram colocados agora por V. Exa. Não sou eu quem poderá fazer esse julgamento porque não estou verificando o caso. No entanto, isso é preciso.

No que se refere à questão da Rotam, o que o Deputado Durval Ângelo tem feito, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, é verificar que, em meu entender, tem havido uma concepção equivocada em relação ao papel que deve ter a Polícia Militar no que diz respeito à Rotam. Hoje, penso que as polícias comunitárias e suas atuações em morros, em favelas, em periferias são muito mais aconselháveis do que a concepção antiga da Rotam. Essa é uma discussão que precisa ser feita com maior profundidade. Apesar de todo o respeito que temos aos policiais militares que fazem parte da Rotam, em tempo oportuno, quero discutir com V. Exa. a concepção que devemos ter de polícia nesse estágio de avanço democrático da sociedade em que nos encontramos. Não há crítica



alguma com relação aos policiais militares que ali atuam e que muitas vezes colocam sua vida em risco. Em segundo lugar, é óbvio que isso não pode ser generalizado, como, às vezes, também generalizam ataques a nós, parlamentares. É preciso que tenhamos cuidado.

Como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, o Deputado Durval Ângelo tem também o direito e o dever de verificar se há ou não abuso por parte de determinados policiais, e estes, por sua vez, não devem coibir essa investigação nem desrespeitar os direitos individuais. Gostaria de separar um pouco essa discussão e colocá-la em um patamar que nos permita conversar sobre isso e corrigir os defeitos que a nossa sociedade possa vir a ter. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Deputado Rogério, não tenho problema algum - nem nunca tive - em travar um bom debate com V. Exa. O que não se pode admitir é que alguém que preside a Comissão de Direitos Humanos, a pretexto de apurar violação de direitos humanos de qualquer pessoa, viole direitos humanos. O Deputado fez vários pronunciamentos na Comissão e em vários jornais, tratando de forma generalizada. Qualquer um de nós, Deputado Rogério Correia e Deputado Bonifácio Mourão, que se atrever a fazer uma denúncia generalizada ou uma acusação, incorrerá em erro.

Até que essa Constituição aqui seja alterada, devo entender que, devido ao processo legal, a ampla defesa, o princípio do contraditório e o juízo natural são cláusulas pétreas e são direitos humanos, que devem ser respeitadas por todos. Não podemos admitir desrespeito, ainda que seja do Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa.

Então o debate que pretendo travar com o Deputado Durval Ângelo é esse. O que quero não é que ele deixe de denunciar ou de fiscalizar, porque é sua competência, e muito menos pedir a extinção da Comissão de Direitos Humanos, porque ela é importante, um fórum adequado que esta Casa precisa ter, diferentemente dele que pediu a extinção do Batalhão Rotam. Este é composto de homens sérios, honrados, de policiais que dão a vida no cumprimento do dever.

Deputado Bonifácio Mourão, vários companheiros tombaram durante o tempo em que estive lá. E é importante que as pessoas saibam disso. O cidadão que está nos assistindo precisa saber que é necessária uma modalidade de policiamento na rua que faça o enfrentamento da criminalidade pesada. Talvez tenha faltado ao Deputado Durval Ângelo conhecimento da atividade policial. Quando desconhecemos o assunto, talvez passemos a falar dele sem propriedade. Alguns dizem que o Gepai é bom. Sim, ele é muito bom. Mas o Gepai é mais uma modalidade de policiamento, que entendemos ser boa. Então, temos o policiamento diário, o Gepai, o Gate, a Rotam, e cada um complementa o outro, e isso é necessário, Deputado Bonifácio Mourão. Quando agem o crime organizado e as quadrilhas mais atrevidas ou ousadas, como aquela que matou o Cabo Vandec em São Gotardo com um tiro de 7.62mm, que abriu a cabeça do cabo, são os policiais da Rotam que são chamados.

Estou concluindo, Sr. Presidente. O assunto é muito importante, e gostaria de contar com a compreensão de V. Exa.

A fala do Deputado Durval Ângelo em acabar com a Rotam é desconhecimento. Vamos lá visitar a unidade; convido o Deputado. Afinal de contas, ele nunca visitou uma família de policial à beira do caixão para saber como é o clima de um velório de policial que foi morto defendendo a sociedade. Quero travar com o Deputado Durval Ângelo - insisto e repito - um debate, pois ele não pode, a pretexto de defender direitos humanos de quem quer que seja, violar direitos humanos, porque estes são universais. Se assim não for, devemos depositar a Carta Maior na lata de lixo.

Agradeço a V. Exa. e peço desculpas ao meu companheiro Bonifácio Mourão. Teremos aqui novamente oportunidades. Quero ouvir V. Exa., pois, como um Deputado experiente e equilibrado que é, sua fala é muito importante para todos nós. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Bonifácio Mourão - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Início minha fala com o aparte que faria ao Deputado Sargento Rodrigues, dizendo que a Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, assinada por Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Mário Covas, Teotônio Vilela e tantos brasileiros ilustres, precisa ser respeitada. Direitos fundamentais e cláusulas pétreas precisam ser respeitadas e, muitas vezes, não são. A injustiça e a agressão feitas a qualquer pessoa são uma ameaça à humanidade e a todos os brasileiros. Temos que respeitar a Constituição, que dá garantias a cada um de nós.

O fato ocorrido no aglomerado da Serra foi tremendamente lamentável para todos nós, precisa ser apurado rigorosamente, e os culpados precisam ser punidos conforme a lei, como bem disse o Governador Anastasia. Todos nós precisamos apoiar esses princípios, mas, como V. Exa. disse, não se pode condenar uma instituição como a Polícia Militar, que tem mais de duzentos anos. O que não podemos, como alguns pregoeiros fizeram, é querer acabar com a Rotam. O fato é lamentável, deve ser apurado, e os culpados devem ser punidos. A Rotam também está no interior, em todas as regiões, como em nossa Governador Valadares, e precisamos dela. Lamentavelmente, inúmeras pessoas vivem à margem da lei, e precisamos da proteção das Polícias Militar e Civil para termos uma sociedade mais tranquila em Minas Gerais. Gostei de ouvir o que disse o Deputado Rogério Correia, em aparte a V. Exa., pois não fala em acabar com a Rotam, mas em correções. Sempre precisamos melhorar.

Inscrevi-me para falar pelo art. 70 porque este Deputado e os Deputados Gustavo Valadares e Rômulo Viegas estávamos atentos aos pronunciamentos dos Deputados da Oposição. Estou vendo os Deputados Carlin Moura e Rogério Correia aqui ainda, e, nas palavras da Oposição, o governo atual fez um cálculo completamente diferente a respeito dos gastos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Temos dados do governo para responder a isso. Conforme o Relatório de Gestão Fiscal, publicado no "Minas Gerais", órgão oficial do Estado, na sexta-feira, dia 28/1/2011, o Estado encerrou o exercício financeiro de 2010 com R\$122.058.000,00 disponíveis em caixa. É a primeira vez, em mais de duas décadas, que o Estado alcança superávit financeiro. O documento informa que o Estado se mantém dentro do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 49% em despesas com pessoal. Em agosto de 2010, portaria conjunta das Secretarias do Tesouro Nacional e do Orçamento Federal estabeleceu novos critérios para o enquadramento de despesas com pessoal na Lei de Responsabilidade Fiscal. Seguindo essa nova metodologia, o comprometimento do Estado com pessoal atinge 37,16% da Receita Corrente Líquida - RCL -, portanto, bem abaixo do 46,55% estabelecidos como limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

É preciso fazer essa correção, porque a Oposição disse que isso é criação do Estado de Minas. Não é, ou é criação do governo federal.



O documento também informa que vários Estados já utilizam esses novos critérios. Uma das alterações determina a retirada das despesas com a complementação para pagamento de aposentadorias e pensões. Conforme o relatório, o governo de Minas complementou em R\$4.000.000.000,00 o fundo previdenciário dos servidores civis mineiros em 2010.

Vou conceder o aparte, Deputado Rogério Correia, mas penso que essas correções deveriam ser feitas. V. Exa. disse - talvez possa abordar essa questão em seu aparte - que os outros blocos precisavam participar da audiência com o Ministro dos Transportes e V. Exa. Lembro-me de que se expressou nesse sentido. Contudo, os outros blocos não foram convidados. Mas, se tivéssemos sido, com certeza teríamos ido. Quem sabe, se formos convidados para a próxima, estaremos juntos. Quando V. Exa. falou, Deputado Rogério Correia, sobre a beleza das estradas duplicadas de Minas - V. Exa. rodou em direção a Montes Claros e outras cidades -, esqueceu-se de falar também da beleza das estradas do ProMG, do que o governo de Aécio Neves e Anastasia fez, com mais de 6.000km de estradas reconstruídas em Minas. Todos lembramos das estradas esburacadas, Presidente José Henrique, quando andávamos pelo interior de Minas Gerais. Mas isso praticamente não existe mais, em virtude do trabalho do governo Aécio Neves e Anastasia. Também não podemos nos esquecer, Deputado Rômulo Viegas, do Processo. Havia 323 Municípios que não eram ligados por asfalto, e hoje praticamente todos estão ligados com um programa de mais de 5.000km.

Antes de falar sobre leis delegadas, assunto tratado aqui, vou conceder aparte. Não quero estender-me muito sobre essa questão. Então, com muito prazer, concedo aparte ao Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Obrigado, Deputado Bonifácio Mourão. Falei sobre o prazo com o Presidente, que está concedendo 15 minutos. Esse prazo é pequeno para o debate. O Deputado Rêmo Aloise costumava conceder 1 hora, Deputado José Henrique. V. Exa. está meio pão-duro em relação ao prazo. É preciso aumentar o nosso prazo. Não é, Deputado Bonifácio Mourão? Então procurarei ser rápido.

Quanto à Lei de Responsabilidade Fiscal, esse cálculo atual é melhor e mais justo. Aliás, o cálculo posto engessa a possibilidade de os servidores públicos terem aumento, de melhorarem suas condições. E hoje, em especial, falo em nome dos professores, que têm um salário muito baixo. Portanto engessar a Lei de Responsabilidade Fiscal como ela estava, o cálculo, que hoje estaria em 49%, provavelmente teria ultrapassado esse percentual, em virtude do reposicionamento das letras. Então, em janeiro, já teria ultrapassado os 49%, e o governo não poderia sequer ter feito o reposicionamento das letras. Penso que esse cálculo, que foi para 37,16%, é melhor. Isso é uma flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal, pela qual tenho simpatia, mas nem tanto. Não penso que essa Lei de Responsabilidade Fiscal seja uma bíblia. Creio, por exemplo, que prejudica a concessão de um aumento justo para os setores da educação e da saúde. Então estou gostando do cálculo de 37,16%. Acredito que os sindicatos também estejam adorando-o. Para eles essa é uma pauta de reivindicação muito melhor que uma pauta engessada em 49%.

Concordo com V. Exa. em relação ao programa das estradas. Não apenas as estradas federais, mas também as MGs estão em estado muito superior ao que se encontravam. Isso significa um avanço na questão das rodovias, embora ainda haja muitos problemas nas rodovias brasileiras que impedem o crescimento do País.

Quero aproveitar a oportunidade para falar também - aliás, o Deputado Durval Ângelo certamente tratará desse assunto depois - sobre a questão do Vereador Adriano Ventura, que reitera ter sofrido agressão e ter sido maltratado. Teremos de verificar isso. Foram expostas versões de um lado e de outro. Então vamos verificar a questão. Porém me estranha o fato de um Vereador chegar à beira de ir para a prisão. Isso é algo que nos deixa meio chocados. Vamos verificar o que aconteceu, pois gostaria de saber mais. Tem havido, por parte de determinados policiais - não digo nesse caso, mas em outros dos quais recebi denúncia -, uma abordagem nada pacífica, e sim muito violenta, de cidadãos. Isso vemos constantemente.

A própria Polícia Civil tem feito denúncias em relação a isso. Não podemos também passar a mão na cabeça dos policiais militares que tratam de forma indevida nossos cidadãos; nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Ao Deputado Durval Ângelo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, cabe um dos aspectos fundamentais da Comissão: verificar se está havendo violência policial. Uma coisa é a pessoa desarmada, sem cassetete; outra, é um guarda, que precisa fazer outro tipo de abordagem. Se não tivermos uma comissão de direitos humanos e não tomarmos conta disso, realmente não pararemos no limite do que é razoável.

Termino dizendo que até o Secretário Lafayette de Andrada, outro dia, falou na TV - eu escutei - que existem policiais bandidos. Quase lincharam o Secretário por dizer uma coisa que sempre é dita. Vamos com calma nessas questões, senão, Deputado Sargento Rodrigues, acabaremos corroborando atitudes condenáveis, que não são nada razoáveis.

Muito obrigado, Deputado Bonifácio Mourão. Parabenizo V. Exa. sempre, pelo nível do debate e pela qualidade de seus pronunciamentos.

O Deputado Carlin Moura* - Um aparte, Deputado Bonifácio Mourão.

O Deputado Bonifácio Mourão - Deputado Carlin Moura, o Deputado Gustavo Valadares, nosso Líder da Maioria, está tentando fazer um aparte há muito tempo e ainda não conseguiu. Por uma questão de justiça, peço licença a V. Exa. para conceder aparte ao Deputado Gustavo Valadares.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Agradeço, Deputado Bonifácio Mourão. V. Exa. dá bom exemplo, diferentemente do que fez meu colega, Deputado Carlin Moura, que não me concedeu aparte alguns minutos atrás. Mas o troco virá.

Quero primeiramente apenas reforçar o que V. Exa. vem dizendo sobre as mudanças de entendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal por causa do percentual referente a pessoal. Isso foi feito, única e exclusivamente, volto a dizer, em razão de solicitação dos governos da Bahia, do PT, que ultrapassou muito os gastos com pessoal; e do Rio de Janeiro, também administrado por um cão de guarda do governo federal, o Governador Sérgio Cabral, do PMDB. Quero apenas deixar isso bem claro.

Queria, na verdade, em 30 segundos, responder ao que o Deputado Carlin Moura disse da tribuna. Ele disse que, em meu pronunciamento de ontem, fiquei por quase todo o tempo dando exemplos e citando o Distrito Federal. Não fiz isso. Deixei a dúvida aqui, que não foi respondida por ele: como os Deputados do Bloco PT-PMDB-PCdoB podem questionar as leis delegadas em Minas Gerais, que passam pelo crivo da Assembleia Legislativa antes de serem concedidas? A Assembleia precisa autorizar o Governador do Estado a redigir as leis delegadas. Como esses Deputados podem ir contra as leis delegadas se um Governador do PT do Distrito



Federal faz mudanças, seja para o bem, seja para o mal - isso não me interessa -, na estrutura administrativa do Estado por meio de decreto? Isso é o que está errado. Não é se está fazendo por bem, se está cortando cargo que precisava ser cortado. Tudo bem, está tudo certo. Mas por meio de decreto? Assim como a Presidenta resolveu que, a partir do próximo ano, o Congresso Nacional e nenhum de nós, parlamentares, podemos discutir salário mínimo, porque só ela, por decreto, e com sua caneta superpoderosa, decidirá anualmente sobre o valor do salário mínimo. Esse é meu questionamento. Vejam quanta incoerência da Oposição, que discute a falta de participação da Assembleia nas leis delegadas. Isso é inverdade, porque a Assembleia participou e continua participando. Anteontem mesmo esteve aqui a Secretária para discutir as leis delegadas. Mais do que isso, eles são a favor e aplaudem manifestações de Governadores da Presidenta da República, que agora tomam suas atitudes por decreto. Essa é a grande incoerência.

Apenas para terminar, o DEM teve, sim, um problema no Distrito Federal com corrupção. Com menos de 30 dias o Sr. Arruda, ex-Governador, foi expulso do partido. Deixarei aqui uma pergunta no ar, Deputado Bonifácio Mourão: José Genoíno, João Paulo Cunha, José Dirceu, Delúbio, qual deles foi expulso pelo PT quando ficou comprovado o mensalão? Deixarei essa pergunta no ar porque sei que o Deputado Carlin Moura terá dificuldades de a ela responder. Muito obrigado.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Agradeço, Deputado Mourão. Acho muito importante o pronunciamento de V. Exa., especialmente pela informação que nos traz do ponto de vista dos limites prudenciais da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa informação traz uma nova sinalização para Minas Gerais.

Sempre temos defendido aqui, Deputado Mourão, que o debate nos ajuda muito a fazer as composições e a fazer avançar o Estado de Minas Gerais. É bom Minas se readequar a esse novo cálculo da Lei de Responsabilidade Fiscal, todavia sempre nos preocupamos com as consequências práticas. Uma vez dito tudo isso, ficamos nos perguntando se está na hora, tendo em vista essa folga do orçamento, de tratarmos com mais agilidade, com mais celeridade, o que queríamos dialogar com a Secretária Renata Vilhena - não é esse o objetivo principal? -, ou seja, a reposição, que ainda não foi processada, dos servidores públicos. V. Exa. nos traz a informação dos R\$4.000.000.000,00 aportados ao Fundo Previdenciário de Minas. Quem sabe possamos - a Secretária reconheceu pessoalmente isto aqui - agilizar o processo de publicação das aposentadorias dos servidos que foram aposentados? As aposentadorias não foram publicadas. Essa é a grande questão.

Para concluir, mas concluir mesmo, Deputado Mourão, precisamos continuar esse debate, incluindo uma questão. Nós, da Oposição, estamos dispostos a ajudar, porque os interesses de Minas estão acima de tudo. Queremos discutir o problema da dívida pública de Minas Gerais. Diante dessas informações que traz, V. Exa. não adentrou o problema da dívida pública consolidada. Esse é um debate que queremos fazer. Sempre defendemos que o melhor caminho não são as leis delegadas, mas sim a via ordinária do Parlamento, em que há discussão.

O Deputado Bonifácio Mourão - Agradeço V. Exa., Deputado Carlin Moura, mas teremos oportunidade de debater essa questão da dívida pública. Não é Deputados Bosco, Rômulo Viegas e Ivair Nogueira? Debateremos, com certeza, as atrocidades comprovadas em documento. Respondendo a V. Exa., com referência aos processos de aposentadoria, a própria Secretária Renata Vilhena, quando esteve aqui, esclareceu a questão. Foram criadas supervisões junto às Diretorias Regionais de Ensino exatamente para agilizar as aposentadorias. V. Exas. criticaram muito, mas essa criação está nas leis delegadas. Disse bem o Deputado Gustavo Valadares que, na verdade, inconstitucionais é o decreto da Presidência da República, que estabelece o salário mínimo, a partir do próximo ano, decreto esse que não está previsto na Constituição. Se não está, é inconstitucional. Contraria o art. 7º, item 4, da Constituição. Podem conferir. Há outro decreto inconstitucional, o do Governador do Distrito Federal, do PT. Ele não fez lei delegada, que é prevista na Constituição, que está no processo legislativo. Fazer alterações estruturais na Secretaria, por meio de decreto, é inconstitucional porque isso não está previsto na Constituição.

Finalmente, Deputado Carlin Moura, para encerrar, falamos sobre ProMG e Proacesso, mas não tratamos do Caminhos de Minas, projeto do governo Anastasia, que fará 234 novos acessos em Minas Gerais, ligando até mesmo Coroaci a Peçanha, próximo a sua Virgolândia. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 1º/3/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Genaro

exonerando, a partir de 14/3/11, Maria Salomé Faria de Oliveira Guimarães do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Thiago Caldeira Nunes para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Administração Pública.



Nos termos das Resoluções n^{os} 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa n^{os} 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Cristiano Cesar Figueiredo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1^a-Secretaria.

Nos termos da Lei n^o 15.014, de 15/1/04, c/c as Resoluções n^{os} 5.086, de 31/8/90, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/06, e 5.345, de 4/3/11, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento limitado, do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 14/3/11, Evamar Jose dos Santos do cargo de Diretor da Diretoria de Infraestrutura, padrão S-02, código AL-DAS-2-01;

nomeando Evamar Jose dos Santos para o cargo de Diretor da Diretoria-Geral Adjunta, padrão S-02, código AL-DAS-2-01;

nomeando Theophilo Moreira Pinto Neto para o cargo de Diretor da Diretoria de Infraestrutura, padrão S-02, código AL-DAS-2-01.

ATO DO SR. PRESIDENTE

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução n^o 5.176, de 6/11/97, e nos termos da Lei n^o 15.014, de 15/1/04, das Resoluções n^{os} 5.134, de 10/9/93, 5.198, de 21/5/01, e 5.295, de 15/12/06, c/c as Deliberações da Mesa n^{os} 2.043, de 29/5/01, 2.468, de 23/11/09 e 2.491, de 9/8/10, assinou os seguintes atos:

dispensando, a partir de 14/3/11, Theophilo Moreira Pinto Neto da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Administração de Pessoal;

designando Geraldo Izaías Diniz para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Administração de Pessoal.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução n^o 5.176, de 6/11/97, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3^o da Emenda Constitucional n^o 47, de 5/7/05, c/c o artigo 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observado o disposto nas Leis n^{os} 8.443, de 6/10/83, 15.014, de 15/1/04, nas Leis Complementares n^{os} 64, de 25/3/02, e 100, de 5/11/07, e na Deliberação da Mesa n^o 2.420, de 3/6/08, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 14/2/11, a servidora Joceli Barreiros Laviola Rosa, CPF: 327.475.356-49, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2011

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS 9/2011

DECISÃO DO PRESIDENTE E DO 1º-SECRETÁRIO

Em 11/3/2011 o Presidente e o 1º-Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decidem pela anulação do Pregão Eletrônico n^o 10/2011, n^o do Processo no Portal de Compras 9/2011, que tem como objeto a aquisição de computadores Apple, com base na Ata da 28ª Reunião do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, a fl. 45 do processo, datada de 2/3/2011, e no art. 49 da Lei Federal n^o 8.666, de 1993.